



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Proc. n° 09/2014

Secção Criminal

Relator: António Paulo Namburete

Sumário

Recurso penal

Recurso per saltum para o Tribunal Supremo

Fundamentos do recurso

TRIBUNAL SUPREMO	
BIBLIOTECA	
CARIMBO DE ENTRADA DE DOCUMENTOS	
N.º de Ordem	128
Quem recebeu	
Data	30 de 2014
Hora	12:42

- 1- Em processo penal, os recursos ordinários, seguem na sua tramitação o regime do agravo de petição em matéria cível, nos termos do disposto no artigo 649º do Código Processo Penal (CPP); assim, o recurso penal interposto da primeira instância rege-se pelas regras do artigo 733º e seguintes do CPC, ao passo que o interposto da segunda instância obedece às regras fixadas no artigo 754º e seguintes;
- 2- Os fundamentos do agravo em segunda instância são os constantes do artigo 755º: a) as nulidades dos artigos 668º e 716º; b) a violação ou errada aplicação da lei substantiva ou da lei adjectiva, que coincidem integralmente com o fundamento de revista em processo cível, regulado no artigo 721º e seguintes do CPC.
- 3- Consequentemente, para o conhecimento da matéria de direito, sua função por excelência fixada na al. a) do artigo 50 da Lei n° 24/2007, o Tribunal Supremo dispõe de duas vias: ou por meio do agravo interposto da segunda instância, ou através do recurso de revista; e enquanto o agravo em segunda instância se aplica ao processo penal, por força do disposto no artigo 649º do CPP, o recurso de revista se limita ao processo civil.
- 4- O erro na apreciação da prova não constitui nulidade prevenida no n° 1, al. d) do artigo 668º do CPC, e ainda que o fosse a mesma não constitui por si só fundamento do agravo em segunda instância, por força do disposto no n° 2 do artigo 722º do CPC, aplicável por remissa feita pelo n° 2 do artigo 755º do CPC, salvo havendo ofensa de uma disposição que exija certa espécie de prova para a existência do facto ou que fixe a força de determinado meio de prova.

ACORDÃO

Acordam, em conferência, na Secção Criminal do Tribunal Supremo:

No Tribunal judicial do Distrito da Beira, responderam em processo sumário-crime, Cacilda Alberto Jone Chacoloma, Nemane Gulamo Algy e Domingos Armando Zinatata, todos com os sinais de identificação que lhes respeitam constantes a fls. 2 e verso dos autos, por terem sido autuados no dia 19/07/2011, como intervenientes no acidente de viação em que estiveram envolvidos o veículo de marca Toyota Hiace, pesado com a chapa de inscrição MMB-48-08 pertencente a primeira identificada e por esta conduzido, o veículo de marca Toyota Surf com a chapa de inscrição AAD-934-CM, conduzido pelo segundo identificado e o veículo de marca Mitsubishi Fuso com a chapa de inscrição MLZ-83-84, conduzido pelo último.

Foi realizado o julgamento com inteira observância das legais formalidades, conforme se certifica da respectiva acta a fls. 43, findo o qual foi proferido acórdão de fls. 40 a 41 dos autos que deu por provada a seguinte matéria de facto:

A ré Cacilda Alberto Jone Chacoloma conduzia o auto pesado de passageiros de marca Toyota, modelo Hiace, com a chapa de inscrição MMB-48-08, da sua propriedade, no sentido de quem segue da Padaria Índico em direcção a Rua Marginal e ao chegar ao entroncamento formado pelas Ruas Dom Francisco e 1267, onde se acha implantado o sinal de paragem obrigatório, a Ré desobedeceu ao sinal, e continuando com a marcha, veio a colidir pela parte frontal do seu veículo com o auto ligeiro de passageiros de marca Toyota Surf, com a chapa de inscrição AAD-934-CM, conduzido pelo co-réu Nemane Gulamo Algy, que transitava na Rua Dom Francisco.

Em consequência do embate, o veículo Toyota Surf foi projectado e chocou com o auto pesado de mercadorias de marca Mitsubishi, modelo Fuso, com a chapa de inscrição MLZ- 83-84, propriedade da Escola de Condução Atlântida, na altura conduzido pelo co-réu Armando Zinatata que se encontrava posicionado no eixo da Rua Dom Francisco, para mudar de direcção para a Rua da marginal.

Do acidente resultaram danos para todos os veículos intervenientes conforme documentos juntos de fls. 4 a 16, 30 a 32 e 35 dos autos.

Deu-se por provado que a ré Cacilda Alberto, ao chegar ao entroncamento das Ruas Dom Francisco e 1267, tinha a obrigação de parar, de acordo com o sinal de paragem obrigatória e ceder prioridade ao condutor que se apresenta à direita, nos termos do disposto na al. a) do n° 3 do artigo 38 do Código da Estrada. Portanto, o co-réu Nemane Gulamo gozava de prioridade de passagem, nos termos em que nos referimos.

Não ficou provado que o co-réu Nemane Gulamo, tivesse avançado com o seu veículo, para se imobilizar dentro do cruzamento, por forma a impedir ou dificultar a passagem nos termos do nº 5 do artigo 38 do Código da Estrada (CE). Também não se prova que o mesmo co-réu Nemane Gulamo tenha circulado em excesso de velocidade, dada a ausência total dos pressupostos contidos no artigo 30 do CE.

Em face dos factos ora descritos, o tribunal considerou que a ré Cacilda Alberto não teve o cuidado devido imposto ao condutor prudente, pois estando no entroncamento e diante do sinal de paragem obrigatório, devia abster-se de avançar ou deter-se para se certificar, nos termos do disposto no artigo 38 do CE.

Cometeu com a conduta descrita a contravenção que se classifica de grave, nos termos do disposto na alínea j) do nº 1 do artigo 147 do CE.

Quanto ao co-réu Domingos Armando Zinatala, este actuou de acordo com os deveres exigidos aos condutores que mudam de direcção para a direita, ao posicionar-se no eixo da via, nos termos do artigo 45 do CE, razão pela qual se considera condutor prudente.

Conclui-se assim que o acidente deu-se por culpa exclusiva da ré Cacilda Alberto, pelo que cometeu a transgressão ao disposto no nº 5 do artigo 38 do CE. Quanto aos danos causados às viaturas intervenientes, os interessados poderão, querendo, fazer uso do direito que lhes assistem nos termos do disposto no artigo 156 do CE ou recorrer à prerrogativa do artigo 155 do mesmo diploma legal.

Com tais fundamentos, o Tribunal Judicial da Cidade da Beira, condenou a ré em 1.000,00 Mt (mil meticaís) pela transgressão ao artigo 38 do CE, no máximo de imposto de justiça e 1.000,00Mt (mil meticaís) a favor do seu defensor oficioso.

Quanto aos co-réu Nemane Alberto e Domingos Armando, absolveu-os por falta de culpa no acidente.

É desta decisão que não se conformando a ré Cacilda Alberto, interpôs recurso para o Tribunal Judicial da Província de Sofala que lhe negou provimento, confirmando a decisão recorrida.

Irresignada mais uma vez, a recorrente traz o presente recurso a este Tribunal Supremo, ao abrigo do disposto no artigo 725º do Código de Processo Civil (CPC), em cujas conclusões diz o seguinte:

- não pode ser a recorrente imputada a culpa exclusiva no presente acidente, pois maior parte da culpa deveria ser imputada ao co-réu Nemane Gulamo Algy, pelo facto de não ter sido um condutor prudente e ter criado condições para a verificação do acidente;

- o Tribunal recorrido valorou mal a prova produzida, porque se tivesse analisado a confissão do réu e a projecção da viatura ao ponto de ir embater na viatura pertencente à Escola de Condução Atlântida, facilmente concluiria que o co-réu Nemané Algy circulava em excesso de velocidade, conforme os pressupostos do artigo 30 do CE.

A terminar, requer que seja dado provimento ao recurso e em consequência disso se revogue o acórdão do Tribunal judicial da Província de Sofala.

O Excelentíssimo Subprocurador Geral da República, emitiu seu douto parecer de fls. 101 a 104, no sentido de que é de se negar provimento ao recurso interposto pela ré Cacilda Alberto, devendo em consequência manter-se o acórdão recorrido, porquanto, ante a prova de que a recorrente desobedeceu às regras de prioridade nos entroncamentos, é de considerá-la única e exclusiva culpada no acidente; a recorrente, ao aduzir o argumento de que o tribunal *a quo* apreciou mal a prova, tal facto, que consubstancia erro na apreciação e na fixação dos factos materiais da prova, é insuscetível de recurso de revista, por força do disposto no n° 2 do artigo 722° do CPC.

O que tudo visto, apreciando e decidindo:

Preliminarmente, suscita-se a questão de saber, se o processo penal admite recurso de revista, tal como regulado no artigo 721° e seguintes do CPC, já que nos termos do disposto no artigo 649° do Código de Processo Penal (CPP), os recursos em processo penal, são interpostos, processados e julgados como os agravos de petição em matéria cível, o que equivale a dizer que, diferentemente dos recursos em processo civil, que estão tipificados e comportam várias espécies, aqui, o legislador preferiu remeter para uma disciplina unitária qualquer que seja o recurso ordinário em processo penal.

É de presumir que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados (cfr. n° 3 do artigo 9° do Código Civil), pelo que em matéria de recurso penal, não é lícito aplicar por extensão analógica as normas do processo civil, já que a falta de tipificação dos recursos e a subordinação de todos eles à disciplina do agravo de petição em matéria cível, só revela que foi essa a vontade do legislador, não podendo por isso interpretar-se como lacuna, que careça como tal de preenchimento, nos termos do comando do § único do artigo 1° do CPP.

Com base no exposto podemos assentar em que em processo penal, qualquer que seja o recurso, incida este a um tempo sobre a matéria de facto e matéria de direito, ou apenas sobre a matéria de direito, a sua tramitação obedece às regras do agravo de petição em matéria cível (cfr. artigo 733° e seguintes, agravo em primeira instância e artigo 754° e seguintes, agravo em segunda instância, todas as citadas disposições legais do Código de Processo Civil).

No caso vertente, o recurso segue as regras do agravo em segunda instância, regulado no artigo 754º e seguintes do CPC, sendo que os seus fundamentos, constantes do artigo 755º: a) as nulidades dos artigos 668º e 716º; b) a violação ou errada aplicação da lei substantiva ou da lei adjetiva, coincidem afinal *in toto* com os do recurso de revista disciplinado no artigo 721º do CPP, de que lançou mão a recorrente com vista a reapreciação do acórdão da primeira instância.

Quer dizer: competindo a este Tribunal Supremo, como tribunal de revista por excelência, conhecer da matéria de direito, nos termos do disposto na al. a) do artigo 50 da Lei nº 24/2007, de 20 de Agosto, abre-se-lhe, para tanto, dois caminhos: ou por meio do agravo em segunda instância regulado no artigo 754º e seguintes, ou através do recurso de revista regulado no artigo 721º e seguintes, todas as disposições citadas do CPC; e enquanto o agravo se aplica ao processo penal por força do disposto no artigo 649º do CPP, o recurso de revista limita-se ao processo cível e consequentemente não se estende ao processo penal.

Constatando-se que o recorrente interpôs o presente recurso como *per saltum*, nos termos do preceituado no artigo 725º do CPC, resulta claro que se está perante uma situação equiparável a de erro sobre a espécie de recurso, que nos termos do disposto no nº 1 do artigo 702º do CPC, deve ser decidida, em conferência, fixando-se o recurso próprio, o que se justificaria plenamente em processo civil onde se consagra diversas espécies de recurso, e não em processo penal em que todos os recursos ordinários estão subordinados na sua tramitação a uma disciplina única fixada no artigo 649º e seguintes do CPP.

Termos em que e com estes fundamentos se decide, quanto à questão prévia, que o recurso próprio é o penal e segue as regras do agravo de petição em matéria cível, e no caso em apreço do agravo em segunda instância, regulado no artigo 754º e seguintes do CPC.

Resolvida nos termos que ficam expostos a questão prévia, segue-se a apreciação do fundo da questão, para o que conveniente se mostra, averiguar se procede no caso vertente algum dos fundamentos do agravo em segunda instância fixados no artigo 755º do CPC, que são os seguintes:

- a) as nulidades dos artigos 668º e 716º
- b) a violação ou errada aplicação da lei substantiva ou da lei do processo.

Importa ainda reter o preceito do nº 2 do citado dispositivo legal que preceitua o seguinte:

“É aplicável ao recurso do agravo o disposto no nº 2 do artigo 722”.

A recorrente baseia o recurso no argumento de que o tribunal recorrido fez errada apreciação da matéria de facto ao imputar-lhe culpa exclusiva no acidente, sendo certo que na sua opinião, o outro interveniente, o condutor Nemanie Algy teve uma quota-parte de culpa e até mais grave, já que foi embater no outro veículo conduzido pelo terceiro interveniente, que pretendia mudar de direcção, o que segundo a recorrente se deveu à circulação em excesso de velocidade.

Sustenta que ao proceder assim, o tribunal deixou de se pronunciar sobre uma questão que devia apreciar, o que consubstancia a nulidade do artigo 668º n.º 1, al. d) do CPC.

Começemos por dizer que a recorrente faz confusão entre a nulidade da sentença decorrente da não apreciação da matéria que o tribunal devia conhecer, com o erro na apreciação da prova, figuras jurídicas totalmente distintas e de alcance e efeitos também diversos; no primeiro caso o tribunal absteve-se de conhecer uma questão que era essencial para a decisão do mérito causa e em consequência disso proferiu uma sentença injusta ou ilegal, ao passo que no segundo, o tribunal apreciou a prova que foi produzida em julgamento, só que valorou-a de maneira errada, isto é contra as evidências apuradas e a lógica normal das coisas.

Diversos são também os efeitos cominados num e noutro caso: o efeito anulatório sobre a sentença no caso da nulidade, nos termos do disposto no artigo 668º, que não se verifica no caso de erro na apreciação da prova, pois, de contrário estaria incluído na previsão do citado preceito legal, e nem constitui fundamento do recurso de revista, por força do disposto no n.º 2 do artigo 722º do CPC., aplicável ao caso em apreciação por força do disposto no n.º do artigo 755º do CPC.

Por aqui logo se vê que a recorrente não traz fundamentos objectivos e consistentes nos quais se apoie para pedir a alteração da decisão recorrida, resultando claro que o mesmo pretende a todo o custo a reapreciação da causa por esta instância, embora sabendo ou devendo saber que tal possibilidade lhe está absolutamente vedada, dado que a lei condiciona a admissibilidade e o conhecimento do recurso à verificação dos respectivos pressupostos.

Mas, mesmo que se admitisse que a falta de apreciação da matéria de facto ou da prova, constitui nulidade da al. d) do n.º 1 do artigo 668º do CPC, ainda assim não poderia esperar melhor resultado a recorrente, pois, esse argumento é logo repellido pela prova de que o tribunal recorrido a apreciou, quando a dado passo, fls. 42, se consigna o seguinte: *“quanto aos co-réus Neumane Alberto e Domingos Armando, estes são absolvidos por falta de culpa no acidente”*.

Como facilmente se depreende, ao consignar isto na sentença recorrida, fica demonstrado que o tribunal da causa conheceu efectivamente da matéria, só que a valorou num sentido

diferente e contrário ao ponto de vista da recorrente, que no entanto não foi aceite pelo tribunal recorrido, por não provado, mas provada somente a sua culpa exclusiva.

Conclui-se assim que, do que se trata de facto e que a recorrente suscita nas suas alegações de recurso, não é tanto a falta de apreciação duma questão de que o tribunal devia tomar conhecimento, mas quiçá do erro de apreciação da matéria de facto.

Situação que fica coberta pela previsão do n° 2 do artigo 722° do CPC, para a qual a lei não admite recurso, salvo se "havendo ofensa de uma disposição que exija certa espécie de prova para a existência do facto ou que fixe a força de determinado meio de prova", o que não é o caso e nem foi tal facto alegado pela recorrente.

Todavia, não se vislumbra a existência de erro de apreciação da matéria de facto e nenhuma prova segura se fez de que o condutor Nemane Alberto circulava a velocidade excessiva, mostrando-se falacioso o argumento esgrimido pela recorrente que pretende demonstrar que um alegado excesso de velocidade terá sido a causa da colisão do veículo por ela conduzido com o veículo conduzido por Domingos Armando.

Na verdade, quando um veículo pesado embate pela parte traseira num outro ligeiro em movimento, existe maior probabilidade deste ser projectado e vir a colidir com aqueloutro que circule na via, pois, à velocidade à que este segundo veículo transita, ainda que não exceda os limites legalmente fixados, adiciona-se a do veículo que o embateu, no caso o primeiro, o que evidentemente e de acordo com a lição da experiência comum e das regras da física, não só aumenta a velocidade deste último e consequentemente a intensidade da colisão, como também concorre para o agravamento das consequências danosas daí resultantes.

Deste modo, e tal como com inteiro acerto sentenciou o tribunal recorrido, nenhum reparo se poderá fazer à circulação do aludido condutor Neumane na data e local dos factos, pelo que se conclui, sem qualquer hesitação, que o Tribunal recorrido apreciou criteriosamente a prova trazida ao processo e aplicou correctamente a lei.

Termos em que, os juizes da Secção Criminal do Tribunal Supremo, decidem negar Provisamente ao recurso interposto por Casilda Jane Chaco Loma, por falta de fundamento, e confirmar o acção recorrida.

Maximo de Tarpento

Maputo, aos 29 de outubro de 2015



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

TRIBUNAL SUPREMO

Está conforme

Maputo, 30 de Novembro de 2015

A Secretária Judicial,